



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACO**

**ASSUNTO: CONTRATAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL TÉCNICO E CORRELATO, VISANDO O COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS – COVID – 19 NO MUNICIPIO DE PRIMAVERA – PARÁ.**

**JUSTIFICATIVA DE CONTRATAO DIRETA**

**BASE LEGAL:** ART. 24, INCISO II, DA LEI N8.666/1993.

**CONTRATADO (A): POLYMEDH**, inscrita no CNPJ N 63.848.345/0001-10 e, com sede na Av: Presidente Vargas, 4547 - lanetama, Castanhal - PA, 68745-000.

A Comissão Permanente de Licitao do Município de Primavera-PA, através do Fundo Municipal de Saúde, consoante autorizao do Sr. Antnio Cardoso de Oliveira Junior, Secretário Municipal de Saúde, vem apresentar a justificativa alusiva ao processo administrativo para Contratao de empresa para fornecimento de materiais técnicos e correlatos para combate ao sars cov 2 (covid 19), no intuito de atender as necessidades urgentes decorrentes do novo vírus.

**DA FUNDAMENTAO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitao encontra-se fundamentada no ART. 24, INCISO II, DA LEI N8.666/1993 e suas alteraes posteriores, conforme diploma legal abaixo citado.

**Art. 24 - Art. 24.**  dispensável a licitao

**II -** Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienaes, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienao de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

V-se que  possível ocorrer dispensa de licitao quando claramente caracterizado que os materiais e/ou serviços serão destinados ao enfrentamento da pandemia ocasionada pelo corona vírus.

Esse conceito de emergência capaz de justificar a dispensa do procedimento licittorio deve estar respaldado em situao real decorrente de fato imprevisível ou embora previsível, que não possa ser evitado.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A dispensa por emergência tem lugar quando a situação que a justifica exige da Administração Pública providências rápidas e eficazes para debelar ou, pelo menos, minorar as consequências lesivas à coletividade.

Ainda nessa esteira constata-se respaldo legal no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, do qual prevê a possibilidade de dispensa de licitação em casos de situação calamitosa, senão vejamos:

Art. 24, inciso IV - É dispensável a licitação:

**IV** - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

É de se inferir das transcrições acima que a dispensa de licitação, prevista no art. 24. IV da Lei 8.666/93, só deve ocorrer por razões de interesse público, como no caso em análise. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos. A contratação direta por emergência visa à eliminação dos riscos de prejuízos, atendendo, contudo, às limitações impostas pela lei, em seu aspecto procedimental, submetidos à Carta Magna, especificamente ao caput do art 37, visando a análise e julgamento de propostas em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da economicidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros que lhe são correlatos. Portanto, a contratação direta nos casos de caracterização de urgências deve ser utilizada pela Administração quanto restarem presentes todos os pressupostos constantes do art. 24 da Lei nº 8.666/93, sendo, ainda, necessário o cumprimento de



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAO**

procedimentos simplificado estabelecido no art. 26 do mesmo diploma legal. Designadamente no que concerne ao Princípio da Eficiência, o Estado precisa estar preparado para gerir de forma precisa o patrimnio, os recursos e as políticas públicas. Esta obrigatoriedade, com certeza, busca propiciar uma soluço sem a qual não se conseguiria arregimentar o melhor contratante para a Administrao Pública, que hoje, no rol de seus princípios, inclui o da eficiência, mormente em período em que se exige maior conhecimento técnico para o exercício do mister e segurança dos atos administrativos. Através do presente, vimos justificar a solicitao para contratao direta, em caráter de evitar eventuais prejuízos a administrao pública.

Quanto  necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art.24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, de 21.06.93, vejamos o que a respeito, nos ensina o Dr. Antnio Carlos Cintra do Amaral:

"A emergência , a nosso ver, caracterizada pela inadequao do procedimento formal licittorio ao caso concreto. Mais especificamente: um caso  de emergência quando reclama soluço imediata, de tal modo que a realizao de licitao, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo  empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisao ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realizao de licitao não  incompatível com a soluço necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência" (**Licitao nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34).**

Disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em sua obra **CONTRATAO DIRETA SEM LICITAO**:

"Para que a situao possa implicar na dispensa de licitao deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não 



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAO**

---

permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitao disponível previstas expressamente na Lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitao". **(JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratao direta sem licitao. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.**

Para Lúcia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz, a emergência  caracterizada:

Pela inadequao do procedimento formal licittorio ao caso concreto. Mais especificamente: um caso  de emergência quando reclama soluço imediata, de tal modo que a realizao de licitao, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo  empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisao ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. **(FIGUEIREDO, 1994, FERRAZ, 1994, p. 94).**

Sobre estas consideraes Justen Filho (2000) acrescenta ainda que:

[...] a supremacia do interesse público fundamenta a exigência, como regra geral, de licitao para contrataes da Administrao Pública. No entanto, existem hipóteses em que a licitao formal seria impossível ou frustraria a própria consecuio dos interesses públicos. (...). Por isso, autoriza-se a Administrao a um outro procedimento, em que formalidades são suprimidas ou



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAO**

substituídas por outras (**JUSTEN FILHO, 2000**).

Com maior rigor, mas na mesma linha de entendimento acerca dos pressupostos necessários à contratação direta por emergência, o Tribunal de Contas da União mantm o entendimento exarado conforme decisão do Plenário n 347/94, de relatoria do Ministro Carlos tula, abaixo transcrito:

“Calamidade pública. Emergência. Dispensa de licitao. Lei n 8.666/93, art. 24, IV. Pressupostos para aplicao. 1 – que a situao adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, n se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da m gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela n possa, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situao; 2 – que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situao decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou  saúde ou vida de pessoas; 3 – que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso; 4 – que a imediata efetivao, por meio de contratao com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificaoes e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado”.

Isto posta, os argumentos e teses ora esposados conduzem a conclusão de que a contratao direta com base na dispensa de licitao por emergência no combate da disseminao do COVID-19 terá assegurada sua legalidade e licitude, uma vez cabalmente demonstrados a potencialidade do dano o qual pretende combater, bem como



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAO**

comprovao técnica de que o objeto a ser adquiridos por meio de dispensa  essencial para a diminuio ou inoccorrência do contágio coletivo.

Ainda em tempo, devemos nos atentar ao atual cenário pandmico em que o nosso estado está passando, com leitos e hospital sobrecarregados, o sistema de saúde abarrotado de demandas as quais estão sendo sujeitos a administrar da melhor forma.

Considerando os argumentos legais acima citados e o fim da vigência da Lei federal n 13.979/2020 cometida pelo Decreto Legislativo n06/2020, impõem-se a necessidade fundamentar tal demanda na lei 8.666/93 em seu art 24, inciso IV, o qual trata do estado de calamidade publica.

Nos últimos dias do corrente mês, o Governador do estado do Pará decretou medidas de restrioes mais duras quanto as medidas de combate ao novo vírus, decretando "bandeira vermelha" para todos as cidades do estado, informando que existe "risco alto de contágio", tendo portanto, a administrao publica do município de Primavera, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, fazer a aquisio de materiais técnicos e correlatos ao combate a COVID-19.

**JUSTIFICATIVA DE CONTRATAO DIRETA**

A presente justificativa, objetiva atender dispositivo legal que respalde a contratao direta **CONSIDERANDO** o Estado de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional decretada pelo Ministério da Saúde em virtude da disseminao global da infeco humana pelo Corona vírus (COVID-19), **CONSIDERANDO** que a disseminao da infeco humana pelo Corona vírus (COVID-19), ainda está presente e agora novamente está em crescimento nas áreas do município e **CONSIDERANDO** ainda a necessidade de atuar de forma preventiva e corretiva no enfrentamento do COVID 19, visando diminuir o contágio de servidores e principalmente os que atuam na dependência dos referidos órgãos e departamentos supracitados evitando com isso o aumento de contágio dos servidores em atividade visto que nos últimos dias alguns servidores foram afastados de suas atividades administrativas por estarem contaminadas com o novo corona vírus.

Ainda pela necessidade de estabelecer um plano de resposta efetiva, especialmente, quanto  saúde individual aos profissionais da saúde e dessa forma, garantir preveno adequada destes e de nossa populao por meio do Sistema nico de Saúde – SUS, nos termos e condioes a seguir explicitadas. A transmissão do Coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAO**

enfrentamento de uma epidemia requer a contratao de serviços de preveno de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados a necessidade da contratao pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeoes do seu comportamento, além das orientaoes dos órgãos oficiais de saúde, neste sentido  necessária a contratao pública de serviços de forma emergencial para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade temos a Lei n 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condioes de saúde do cidadão, o estado  responsável pela reduo de riscos e doenças que venham acometer um paciente.

**“Art. 2** A saúde  um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condioes indispensáveis ao seu pleno exercício.

** 1** O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulao e execuo de políticas econmicas e sociais que visem  reduo de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condioes que assegurem acesso universal e igualitário às aoes e aos serviços para a sua promoo, proteo e recuperao” **(Lei SUS: 8.080/90).**

A Administrao Pública deve contratar diretamente com quem manifeste interesse em fornecer o referido produto e que possua em estoque além de encontrar o melhor valor para não causar prejuízo  Administrao. A presente aquisio/contratao faz parte das medidas de proteo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus (COVID-19), Importante se faz ressaltar que a demanda não se encontra registrada no Plano Anual de Contrataoes - PAC, entretanto, a presente aquisio visa a atender demanda urgente, imprevisível em decorrência da declarao da Organizao Mundial da Saúde (OMS) da pandemia do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo novo corona vírus (Sars-Cov-2), em virtude da rápida difusão do vírus por vários países.

A contratao ocorrerá por meio de dispensa de licitao, com o art. 24 da Lei 8666/93. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAO pela Prefeitura Municipal de Primavera – Av. General Moura Carvalho, s/n – Centro, CEP: 68707-000 – Primavera/PA, O fornecedor/prestador identificado no preambulo desta justificativa foi escolhido porque  do ramo pertinente ao objeto demandado, apresentou toda a documentao referente  habilitao jurídica,



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAO**

regularidade fiscal e trabalhista, qualificao econmica financeira e qualificao técnica; o preço está em conformidade com o de mercado, o que caracteriza vantajosa a contratao a Administrao pública.

**JUSTIFICATIVA DE PREÇO**

Foram realizadas cotaes de preços com diversas empresas para que se obtivessem os menores valores e as melhores condies de entrega, onde nos deparamos com valores bem divergentes dos habituais do mercado e com prazos muito estendidos, dentre o cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal obtivemos retorno da empresa, **POLYMED EIRELI, inscrito no CNPJ N 63.848.345/0001-10** que ofertou o **menor preço** e melhores condies para o item a ser contratado. O enfrentamento de uma pandemia mundial do porte do corona vírus requer aes imediatas, logo, a necessidade na compra dos **MATERIAIS TÉCNICOS E CORRELATOS** ao combate do COVID-19, justamente para a preveno, tratamento e proteo da populao. O município busca com as aquisies reduzir os riscos que os acometidos pelos vírus possuem e tratar da melhor forma possível.

Vale ressaltar que foi contratada a empresa que apresentou o menor preço no item, ao qual foi declarado vencedor, assim como ofertou a maior brevidade de entrega, fatores que foram fundamentais para as escolhas, tendo em vista a urgência da aquisio. A variao encontrada está ligada ao prazo de entrega, onde quanto maior o prazo, menor o valor dos itens e quanto maior a necessidade de pronta entrega maiores são os valores dos itens. A justificativa dos fornecedores  o aumento dos valores dos fabricantes e pelas condies notórias de escassez de mercado.

A administrao está sendo submetida a execuo do serviço, desta forma buscando zelar pelas vidas dos municpes e de todos os que estão contribuindo para o combate a epidemia com uma necessidade de estabelecer um plano de resposta efetiva aos municpes, especialmente, quanto ao bom funcionamento e bem-estar dos profissionais da saúde e dos que estão atuando na linha de frente, dessa forma, garantir preveno e tratamento adequado a populao que utiliza os Sistema nico de Saúde – SUS. No caso em tela, a situao de emergência está plenamente comprovada assim como de vantajosidade para uma vez que os materiais são essenciais como barreira de proteo da infeco e tratamento contra o vírus. A situao emergencial, fato público e notrio e já está configurado a atender a pronta entrega.

**CONCLUSÃO**

Pelo exposto, e em face  solicitao da Secretaria Municipal de Saúde ora solicitante e autorizao também do Exmo. Prefeito Municipal ureo Bezerra Gomes, assim como nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da lei n 8.666/93, requeremos análise e parecer jurídico, sobre a forma de contratao, documentos e minuta de





**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA PARÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

contrato assim como se convincente a devida justificativa para impulso do processo licitatório e fases processuais, a fim de remeter ao controle interno para posterior ao parecer técnico solicitar a ratificação do gestor e o êxito da contratação.

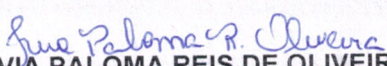
Atenciosamente,

Primavera - PA, 26 de Fevereiro de 2021.

**SHARLEY C. AFONSO**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO  
DE LICITAÇÃO  
PORT. N° 008/2021

  
**SHARLEY CARVALHO AFONSO**  
Presidente da Comissão

  
**CLÁUDIO DE BARROS PEIXOTO JUNIOR**  
Membro

  
**IVIA PALOMA REIS DE OLIVEIRA**  
Membro